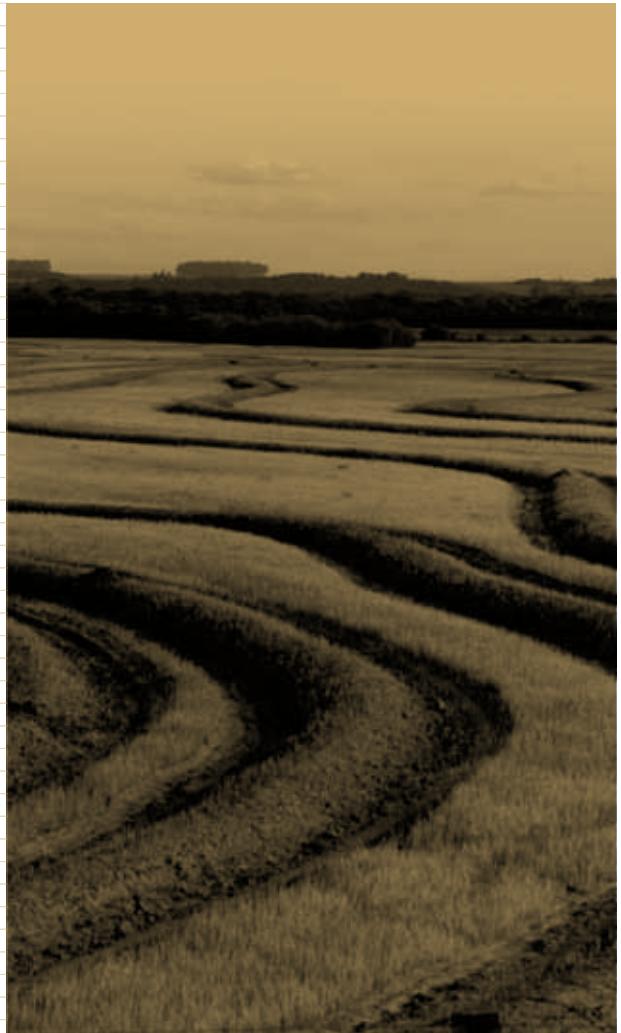

AGENDA ESTRATÉGICA 2010 - 2015

ARROZ



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

Arroz

2010 - 2015

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2011

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catalogação na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Borracha / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

50 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Borracha. 2. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRIS 2400
CDU 633.91

INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais, como permitem pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, as chamada questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 26 de fevereiro de 2010, quando o plenário da 18ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da CGAC- Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.

Já no dia 3 de maio foi realizada a primeira reunião do grupo em um dia inteiro de trabalho, ocasião em que, por meio de metodologia adequada, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 10 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras promoveu um trabalho de organização e sistematização desse conjunto de propostas, por Temas, Itens de Agenda e algumas Diretrizes. Esse trabalho foi conduzido de forma a agrupar esse conjunto de propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados nas próximas reuniões da Câmara Setorial e ou outras deliberações pertinentes. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica o Grupo de Trabalho voltou a se

reunir no dia 31 de maio, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. Providência seguinte foi submetê-la a discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

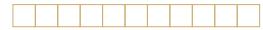
A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas. Sendo observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Camaras Setoriais,no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.

Objetivos

A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- (1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- (2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- (3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizam a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.



Grupo de Trabalho

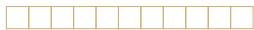
- Andressa Silva - ABIARROZ
- Paulo Morceli - Consultor Especial
- Regina Célia - CONAB
- Francisco Schardong - CNA
- Renato Caiaffo da Rocha - FEDERARROZ
- Marco Aurélio Tavares - FEDERARROZ
- Rubens Pinho Silveira - IRGA
- Marco Antonio - SINDARROZ/MT
- Vicente de Paula - SINDIATO
- Flavio Bresegħello - EMBRAPA
- Carlos Magri Ferreira - EMBRAPA

Membros da Câmara

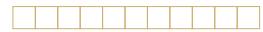
- **Presidente:** Francisco Lineu Schardong
Secretário: Ayrton Jun Ussami
Consultor Especial: Paulo Morceli

Membros:

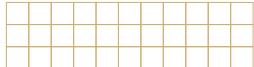
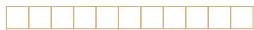
- **Associação das Indústrias de Beneficiamento de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo - ABASC**
Titular: José Pegorer
Suplente: Milton Leal Maganha
- **Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado - ABIAP**
Titular: Marco Aurélio Amaral Júnior
Suplente: André Zigila
- **Associação Brasileira da Indústria do Arroz - ABIARROZ**
Titular: José Rubens Arantes
Suplente: Andressa de Souza e Silva



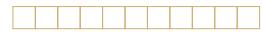
- **Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria - ABIP**
Titular: José Joffre Nascimento
Suplente: Giovane Canola
- **Associação Brasileira de Sementes e Mudas - ABRASEM**
Titular: Luiz Carlos Machado
Suplente: Edson Ceratti
- **Associação Nacional das Bolsas de Mercadorias - ANBM**
Titular: Maurício Rodrigues Ferreira
Suplente: Milton Leal Maganha
- **Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBM**
Titular: Jair Almeida da Silva
Suplente: Ronaldo Carvalho
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**
Titular: Francisco Lineu Schardong
Suplente: Pedro Ferreira Arantes
- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
Titular: Regina Célia Gonçalves Santos
Suplente: Wellington Silva Teixeira
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**
Titular: Flávio Breseghello
Suplente: Carlos Magri Ferreira
- **Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul - FEARROZ**
Titular: André Barbosa Barretto
Suplente: José Alberto Pacheco Ramos
- **Federação das Associações de Arrozeiros do RS - FEDERARROZ**
Titular: Renato Caiaffo da Rocha
Suplente: Marco Aurélio Marques Tavares



- **Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA**
Titular: Maurício Miguel Fischer
Suplente: Rubens Pinho Silveira
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola - MAPA/SPA**
Titular: Sílvio Farnese
Suplente: Petrarcas Santos de Deus
- **Ministério da Fazenda - MF**
Titular: Daniel Henrique Salgado
Suplente: Kichiro Mandai
- **Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB**
Titular: Vanir Zanatta
Suplente: José Alberto Pacheco Ramos
- **Rede Arroizera do Sul - REDE ARROZ**
Titular: Cezar Vicente Rossi de Freitas
Suplente: José Luiz da Rocha
- **Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Goiás - SIAGO**
Titular: Pedro Alves de Oliveira
Suplente: Adonel Jorge de Oliveira
- **Sindicato Intermunicipal das Indústrias da Alimentação no Estado de Mato Grosso - SIAMT**
Titular: Marco Antonio Lorga
Suplente: Guido Franzner
- **Sindicato das Indústrias da Alimentação da Região Sul de Mato Grosso - SIAR-SUL/MT**
Titular: Mauro Cabral de Moraes
Suplente: Lázaro Modesto de Moraes



- **Sindicato da Indústria do Arroz de Pelotas - SINDAPEL**
Titular: Jairton Krüger Russo
Suplente: Dileni Sander Portantiollo
- **Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Minas Gerais- SINDARROZ/MG**
Titular: Jorge Tadeu Araújo Meirelles
Suplente: Rubens Araújo Martins
- **Sindicato Estadual das Indústrias de Arroz no Estado de Mato Grosso - SINDARROZ/MT**
Titular: Marco Antonio Biffe
Suplente: Joel Gonçalves Filho
- **Sindicato da Indústria do Arroz no Estado do Rio Grande do Sul - SINDARROZ/RS**
Titular: Élio Jorge Coradini
Suplente: Cezar Augusto Gazzaneo
- **Sindicato da Indústria do Arroz no Estado de Santa Catarina - SINDARROZ/SC**
Titular: Jaime Franzner
Suplente: Maury Santos Junior
- **Sindicato dos Beneficiadores de Arroz do Estado do Tocantins- SINDIATO**
Titular: Vicente de Paula Lopes
Suplente: Carlos Augusto Suzana
- **Sociedade Rural Brasileira - SRB**
Titular: Pedro Monteiro Lopes
Suplente: Cesário Ramalho da Silva

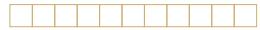


Coordenação dos Trabalhos



CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA

Equipe: Aguinaldo José de Lima
Paulo Marcio Mendonça Araujo
Ayrton Jun Ussami
Lara Katryne Félix Pinto
Leandro Pires B. de Lima



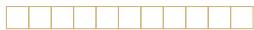
1. ESTATÍSTICAS



Levantamento de Áreas de Produção e Safras

Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
2. Definir levantamento por área plantada, número de produtores, por sistema de produção (Irrigado/Sequeiro), por Estado da Federação;
3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir;
4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos;
5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente ;
6. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua;
7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, considerando dados já existentes;
8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais;
9. Buscar padronizar o método de levantamento e unificação de dados das entidades encarregadas;



Levantamento de Estoques

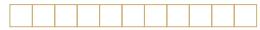
Diretrizes:

1. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, no fim do ano comercial;
2. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com Entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua;
3. Aprimorar os trabalhos existentes pela Conab, com levantamentos anuais de estoques privados do produtor, da indústria e do arroz a depósito, em nível nacional;

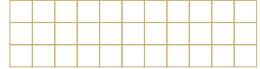
Levantamento da produção industrial

Diretrizes:

1. Utilizar informações levantadas nas indústrias do CNAE e de pesquisas do IBGE, e outras entidades que possam colaborar;
2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab;
3. Procurar estratificar em tipos de produtos: arroz em grão, fariñas, etc;



Levantamento do consumo



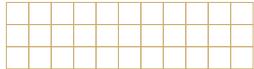
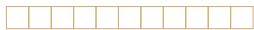
Diretrizes:

1. Utilizar informações levantadas nas indústrias, Supermercados e de pesquisas do IBGE e outras entidades que possa colaborar;
2. Contemplar dados por Estados;
3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com publicação anual, no final do ano comercial;
4. Contratar serviços privados para aferir o consumo de arroz;

Levantamento dos custos de produção

Diretrizes:

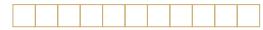
1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, IRGA e demais instituições afins;
2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações;
3. Elaborar custos de produção regionalizados, por perfil tecnológico e sistema de produção;
4. Utilizar as metodologias já desenvolvidas pela Conab em parceria com a Conab e outras instituições;



Preços de mercado

Diretrizes:

1. Estabelecer convênios e/ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão, pesquisa e centros tecnológicos, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações;
2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, considerando dados já existentes;
3. Realizar levantamento de preços diários do arroz beneficiado a exemplo do arroz em casca já realizado pelo CEPEA;



2. PD&I

Rede de PD&I do Arroz

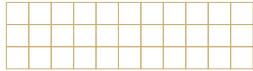
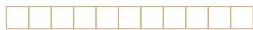
Diretrizes:

1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor;
2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede ;
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede;
4. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia;
5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação;

Programa Nacional de PD&I do Arroz

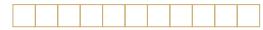
Diretrizes:

1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação, contemplando, inclusive, emendas parlamentares;
2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia;
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa ;
4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção;



5. Priorizar a pesquisa aplicada a pragas e doenças nas principais regiões de produção;
6. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental;
7. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia;
8. Contemplar a Proteção e Uso de Recursos Genéticos;
9. Contemplar a Transgenia e a rastreabilidade;
10. Buscar o melhoramento contínuo das Cultivares, compatíveis com as exigências do consumidor;
11. Pesquisar tecnologias de manejo em arroz de várzea tropical;
12. Promover a diversificação da indústria e o desenvolvimento de novos produtos derivados do arroz;
13. Realizar eventos técnicos e científicos;

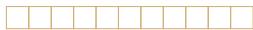
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)



Plano Nacional de Assistência Técnica

Diretrizes:

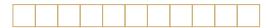
1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas;
2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa Financeira, Comercial e Ambiental contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização;
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia;
4. Estabelecer se necessários convênios com instituições públicas e privadas afins , tipo Sebrae, Senar, Senac, Senai, Escolas Técnicas, Sescoop, Instituições estaduais, Embrapa, Institutos, Universidades, etc.
5. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados (instituições financeiras, fundações) disponíveis para capacitação, difusão e extensão;
6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc ; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual ; / Criação de incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas de-



terminadas metas de conclusão de capacitações pelos produtores e seus funcionários;

8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhas ao Programa de Pesquisa do Setor;
9. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial;
10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência;
11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo;
12. Promover capacitações de inclusão digital de produtores;
13. Contemplar o desenvolvimento de tecnologia para a produção em várzea tropical e terras altas;
14. Realizar eventos técnicos e científicos;
15. Educar e estimular o uso de Sementes Certificadas;
16. Incentivar o produtor a aprimorar a gestão de custos;
17. Fortalecer o Centro de Excelência em Rizicultura do IRGA;

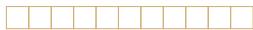
4. DEFESA AGRÍCOLA



Fiscalização e Controle

Diretrizes:

1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos;
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais;
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal;
4. Fortalecer, intensificar e harmonizar fiscalização dos grãos na indústria, nos supermercados (INs 06 e 12);
5. Fortalecer o acompanhamento dos Estoques Públicos (fiscalização permanente);
6. Intensificar as fiscalizações sobre produtos comercializados sem padrão e registro, envolvendo responsabilidades aos supermercados;
7. Fortalecer a fiscalização sobre o arroz importado e nacional com ênfase nos resíduos de agroquímicos e certificados de não-transgênico;
8. Implementar o credenciamento e certificação de armazéns;
9. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com o Setor;
10. Implementar urgentemente o convênio estabelecido pelo SUASA;

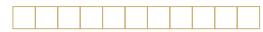


11. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor;
12. Implementar análises das fórmulas dos fertilizantes.;
13. Discutir normas e procedimentos padrão para aferição e regulagem das máquinas classificadoras de arroz;
14. Promover discussão com a ANVISA com o objetivo de harmonizar procedimentos de fiscalização e ações do PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos)

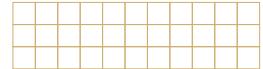
Marcos Regulatórios

Diretrizes:

1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor;
2. Adequar os regulamentos de Insumos, ARP, etc..
3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor;
4. Discutir a regulamentação da Portaria 54/2009 que trata Controle Higiênico Sanitário;
5. Adequar os marcos regulatórios à realidade do setor;
6. Desburocratizar processos,
7. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais;
8. Definir o Marco Regulatório do Arroz Transgênico;
9. Revisar a legislação de fertilizantes especialmente quanto às punições contra fraudes e níveis de tolerância;



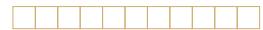
Registro de Defensivos



Diretrizes:

1. Promover o registro de produtos adequados ao arroz de terras altas e irrigado;
2. Agilizar os processos de aprovação de novos produtos;
3. Discutir a importação de defensivos pelo Princípio Ativo, cujos custos sejam menores ;
4. Agilização e ampliação de oferta de genéricos;
5. Trabalhar a assimetria de agroquímicos do Mercosul com o Brasil todo o Bloco utilizar os mesmos produtos;

5. MARKETING & PROMOÇÃO

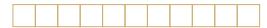


Programa de Produção Integrada do Arroz

Diretrizes:

1. Construir programa no âmbito dos programas SAPI do MAPA, abrangendo da produção à industria ;
2. Incluir na discussão o processo de rastreabilidade da Produção Integrada inclusive no Processamento Industrial;
3. Iniciar a construção de programas de certificação de auto-gestão pelo setor a partir da conclusão do Programa de Produção Integrada;
4. Incluir incentivos para adesão ao programa;
5. Promover a discussão das Normas de Produção Integrada;
6. Contemplar a discussão da Transgenia e rastreabilidade;
7. Contemplar as diferentes realidades regionais;
8. Promover diferenciação de preços vinculada à produção mais limpa;

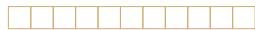
6. GESTÃO DA QUALIDADE



Programa de Marketing Mercado Interno

Diretrizes:

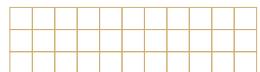
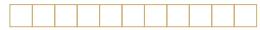
1. Promover ações de incentivo ao consumo com base nas iniciativas já em andamento;
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais da atividade;
3. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor.
4. Estimular o aumento do consumo, promovendo as qualidades funcionais do arroz, valorizando seus atributos nutricionais e funcionais;
5. Promover ações incentivando programas federais, estaduais e municipais para distribuição em escolas e creches, além do treinamento de merendeiras e sensibilização dos estudantes, nutricionistas e médicos;
6. Trabalhar o Marketing Institucional em parceria com o MAPA seguindo o exemplo do Café;
7. Promover estratégias de utilização de derivados do arroz como substituto e/ou complemento do trigo, especialmente com relação à intolerância ao Glúten;
8. Promover o consumo de novos produtos derivados do arroz;
9. Buscar apoio junto ao Sebrae e Federações das Indústrias;



Programa de Marketing Mercado Externo

Diretrizes:

1. Atuar junto à SRI/MAPA, APEX, MRE;
2. Potencializar as ações em andamento;
3. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Saúde;
4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor....
5. Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam nas suas pautas de negociação o arroz e seus derivados, buscando a ampliação e acesso a outros mercados;
6. Participação em feiras internacionais, divulgando o arroz;



7. GOVERNANÇA DA CADEIA

Entidade de Representação da Cadeia

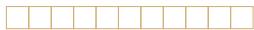
Diretrizes:

1. Discutir a criação, e ou indicação, e ou fortalecimento de uma instituição representativa Nacional, para funções de representação institucional, política, gestão de promoção e marketing, inteligência competitiva, etc..
2. Fomentar a cultura Cooperativa;
3. Fortalecer o inter-relacionamento Setorial;
4. Fortalecer a integração entre Setor Privado e Governo;
5. Analisar experiências de outras cadeias ;

Fundo Setorial

Diretrizes:

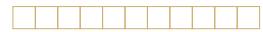
1. Discutir a pertinência de criação de um Fundo de Recursos para promoção, representação e inteligência competitiva;
2. Analisar experiências de fundos em operação, Fundovitis, etc..,.
3. Analisar modelos de sucesso em outros países ;



Serviço de Inteligência Competitiva

Diretrizes:

1. Construir um Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras informações, disponíveis para as entidades representativas do setor arrozeiro;
2. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas;
3. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade;
4. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência. Ex. SEBRAE
5. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva;
6. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita;
7. Investigar mercados potenciais para exportação;
8. Investigar formas inovadoras de comercialização;
9. Construir uma plataforma exportadora de arroz ;
10. Discutir medidas compensatórias para enfrentar a assimetrias do MERCOSUL;
11. Realizar estudos sobre o perfil do consumo do arroz em cada região;
12. Promover a discussão da diversificação da indústria do arroz;



13. Discutir Transgenia (critérios de uso) e rastreabilidade;

14. Discutir estratégias de crescimento da produção com foco na qualidade e na sustentabilidade, levando em conta o quadro de oferta e demanda. Promover estratégias de crescimento da Produção nas várzeas tropicais,



Infraestrutura e Logística

Diretrizes:

1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a qualidade e competitividade do produto. Focando a melhorias das estradas vicinais;

2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção ;

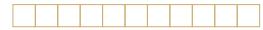
3. Promover programas governamentais de implantação de estruturas que permitam a acessibilidade digital nas propriedades rurais

4. Melhorar, ampliar e estimular a estrutura de Armazenagem especialmente na propriedade rural (Recursos subsidiados e flexibilização para o armazenamento).

5. Desonerar e implementar do transporte fluvial, ferroviário e cabotagem

6. Excluir a taxa de 25% da Marinha mercante incidente sobre fretes de insumos e arroz

7. Desonerar custos portuários



8. CRÉDITO E SEGURO



Endividamento

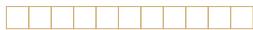
Diretrizes:

1. Continuar os trabalhos e esforços ora empreendidos junto ao MAPA e MF;
2. Garantir o acesso ao crédito aos produtores com dívidas renegociados ou em renegociação;
3. Estabelecer planos de saneamento do endividamento de forma sustentável e viável de acordo com a capacidade de pagamento (renda).

Financiamentos Oficiais

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito existentes e os ajustes necessários de forma a adequá-los às necessidades dos elos da cadeia e ao perfil do produtor ;
2. Reavaliar o tratamento aos produtores independente do porte;
3. Adequar os limites de crédito e unificar (somar) os limites de custeio e de comercialização.
4. Combater a vinculação da compra de produtos e serviços bancários à obtenção dos financiamentos oficiais
5. Combater o direcionamento do Crédito Oficial à compra de insumos de empresas conveniadas às instituições financeiras cujos preços estejam acima dos praticados pelo mercado
6. Disponibilizar recursos subsidiados para estações de bombeamento e retenção de água
7. Criar um canal de comunicação /ouvidoria



Reformulação do Crédito Oficial

Diretrizes:

1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial;
2. Criar mecanismos de crédito rotativo;
3. Criar um fundo garantidor;
4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor;
5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito;

Incentivo à Armazenagem

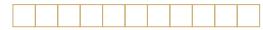
Diretrizes:

1. Promover políticas de incentivo à Armazenagem levando em conta a característica de produção, com juros e prazos compatíveis com a atividade e a renda do produtor;

Seguro Rural

Diretrizes:

1. Revisar as regras do Seguro para a produção do Arroz, contemplando os estudos em andamento pela Federarroz e outros existentes;
2. Rever o zoneamento agroclimático;
3. Buscar o envolvimento dos Estados da Federação nas políticas de subvenção ao Seguro da Produção.
4. Avaliar a possibilidade de criar Cooperativas de Seguros, com base nas experiências já existentes em outras cadeias ou outros países.



9. COMERCIALIZAÇÃO

Apoio à Comercialização

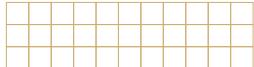
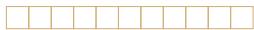
Diretrizes:

1. Garantir, no mínimo, o preço mínimo na comercialização do arroz;
2. Adequar as políticas de comercialização: PEP, PROP, PEPRO, EGF, LEC, AGF e Mercado de Opções;
3. Fortalecer os programas governamentais de aquisição de alimentos, inclusive para doação a outros países;
4. Discutir a taxa de aplicação da TEC;
5. Por tratar-se de um produto de segurança alimentar, utilidade pública e interesse social, produto sensível, estabelecer políticas de comercialização diferenciada. Por exemplo: preço meta.

Políticas de Incentivo Exportação

Diretrizes:

1. Desenvolver mecanismos de incentivo à exportação de arroz;
2. Promover a desoneração tributária;
3. Estabelecer isonomia tributária com o MERCOSUL;
4. Incentivar o Mercosul agro exportador ;
6. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita;

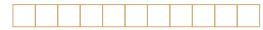


7. Investigar mercados potenciais para exportação;
8. Investigar formas inovadoras de comercialização;
9. Construir uma plataforma exportadora de arroz ;
10. Discutir medidas compensatórias para enfrentar a assimetrias do MERCOSUL;
11. Realizar estudos sobre o perfil do consumo do arroz em cada região;
12. Promover a discussão da diversificação da indústria do arroz;
13. Discutir Transgenia(critérios de uso) e rastreabilidade;
15. Incluir o arroz nas negociações internacionais e agilizar acordos de equivalência sanitária e de tarifas.

Novos instrumentos de comercialização

Diretrizes:

1. Desenvolver novos mecanismos de comercialização;
2. Fomentar a comercialização em Bolsa e Mercados Futuros;
3. Lançamento de programas de comercialização anteriores à safra visando dar sustentação aos preços.;

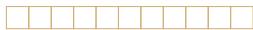


10. LEGISLAÇÃO

Legislação Tributária

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva ;
2. Buscar tratamento tributário homogêneo nos diversos estados – ICMS;
3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores
4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor
5. Buscar incentivos tributários ao Setor
6. Combater a Guerra Fiscal
7. Criar incentivos tributários à exportação – REINTEGRO
8. Desoneração do imposto sobre o diesel (CIDE);
9. Solucionar os ativos de créditos acumulados de PIS e COFINS da Indústria
10. Aplicar o drawback integrado
11. Desenvolver trabalho junto ao relator da Reforma Tributária para evitar a incidência de novos impostos na Cadeia



Desoneração Tributária de Alimentos Básicos

Diretrizes:

1. Apoiar a PEC em tramitação no Congresso Nacional que trata da desoneração tributária de alimentos

Legislação Ambiental

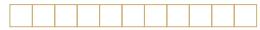
Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Florestal;
2. Definir a compensação por Serviços Ambientais
3. UNIFICAR o Licenciamento Ambiental para todos os produtores.
4. Rever a legislação ambiental com relação à produção de arroz e suas implicações no acesso ao crédito

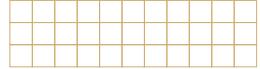
Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores dos Agronegócios interessados na discussão do projeto de lei elaborados pelo governo e que se encontra na Casa Civil ;
2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual;
3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal;



4. Ampliar a discussão sobre a lei existente, principalmente em relação às questões de fiscalização, com delegação exclusiva do MAPA.



Legislação Trabalhista

Diretrizes:

1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural;

INMETRO

Diretrizes:

1. Buscar junto ao Inmetro a revisão dos procedimentos de coleta de amostras de Arroz;

Aquisição de Terras por Estrangeiros

Diretrizes:

1. Rediscutir sobre lei federal existente sobre a aquisição de terras por estrangeiros;

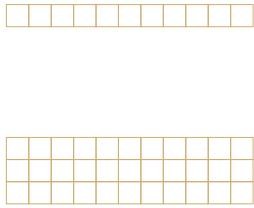
Tolerância de peso de carga

Diretrizes:

1. Acompanhar a tramitação do PL 3833/2008;

Agenda Estratégica da Cadeia Produtiva do Arroz

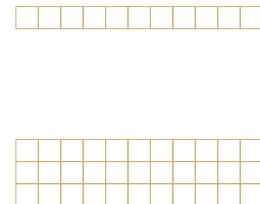
Tema	Item	Diretrizes
		1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
		2. Definir levantamento por área plantada, número de produtores, por sistema de produção (Irrigado/Sequeiro), por Estado da Federação.
		3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
		4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos
		5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
		6. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
		7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, considerando dados já existentes
		8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais
		9. Buscar padronizar o método de levantamento e unificação de dados das entidades encarregadas
Levantamento de Áreas de Produção e Safras		
1. ESTATÍSTICAS		



Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento de Estoques	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, no fim do ano comercial 2. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com Entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua. 3. Aprimorar os trabalhos existentes pela Conab, com levantamentos anuais de estoques privados do produtor, da indústria e do arroz a depósito, em nível nacional.

Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento Industrial da Produção	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilizar informações levantadas nas indústrias do CNAE e de pesquisas do IBGE, e outras entidades que possam colaborar; 2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab; 3. Procurar estratificar em tipos de produtos: arroz em grão, farinhas, etc;

Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do consumo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilizar informações levantadas nas indústrias, Supermercados e de pesquisas do IBGE e outras entidades que possa colaborar 2. Contemplar dados por Estados 3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com publicação anual, no final do ano comercial 4. Contratar serviços privados para aferir o consumo de arroz.

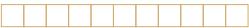




Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento dos custos de produção	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, IRGA e demais instituições afins2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações .3. Elaborar custos de produção regionalizados, por perfil tecnológico e sistema de produção4. Utilizar as metodologias já desenvolvidas pela Conab em parceria com a Conab e outras instituições
2. PDI	Preços de mercado	<ol style="list-style-type: none">1. Estabelecer convênios e/ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão, pesquisa e centros tecnológicos, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações.2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, considerando dados já existentes3. Realizar levantamento de preços diários do arroz beneficiado a exemplo do arroz em casca já realizado pelo CEPEA.
Rede de PDI	Arroz	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibiliza-lo na rede3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede4. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação



Tema	Item	Diretrizes
2. PD&I	Programa Nacional de PDI do Arroz	<ol style="list-style-type: none">1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação, contemplando, inclusive, emendas parlamentares2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção5. Priorizar a pesquisa aplicada a pragas e doenças nas principais regiões de produção6. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental7. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia8. Contemplar a Proteção e Uso de Recursos Genéticos9. Contemplar a Transgenia e a rastreabilidade10. Buscar o melhoramento contínuo das Cultivares, compatíveis com as exigências do consumidor.11. Pesquisar tecnologias de manejo em arroz de várzea tropical12. Promover a diversificação da indústria e o desenvolvimento de novos produtos derivados do arroz13. Realizar eventos técnicos e científicos



Item	Diretrizes
	1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas.
	2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa Financeira, Comercial e Ambiental contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização;
	3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia
	4. Estabelecer se necessários convênios com instituições públicas e privadas afins , tipo Sebrae, Senar, Senac, Senai, Escolas Técnicas, Sescoop, Instituições estaduais, Embrapa, Institutos, Universidades, etc.
	5. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados (instituições financeiras, fundações) disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
	6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc ; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual ; / Criação de incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações pelos produtores e seus funcionários;
	8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhas ao Programa de Pesquisa do Setor
	9. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial
	10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência

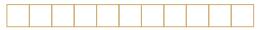
Tema

Assistência Técnica

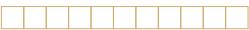
Plano Nacional de Assistência Técnica

(Capacitação, Difusão e Extensão)

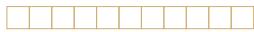
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA



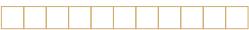
Tema	Item	Diretrizes
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano Nacional de Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none">11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo12. Promover capacitações de inclusão digital de produtores13. Contemplar o desenvolvimento de tecnologia para a produção em várzea tropical e terras altas.14. Realizar eventos técnicos e científicos15. Educar e estimular o uso de Sementes Certificadas16. Incentivar o produtor a aprimorar a gestão de custos.17. Fortalecer o Centro de Excelência em Rizicultura do IRGA



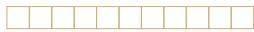
Tema	Item	Diretrizes
Fiscalização e Controle		<ol style="list-style-type: none">1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal4. Fortalecer, intensificar e harmonizar fiscalização dos grãos na indústria, nos supermercados (INs 06 e 12)5. Fortalecer o acompanhamento dos Estoques Públicos (fiscalização permanente)6. Intensificar as fiscalizações sobre produtos comercializados sem padrão e registro, envolvendo responsabilidades aos supermercados7. Fortalecer a fiscalização sobre o arroz importado e nacional com ênfase nos resíduos de agroquímicos e certificados de não-transgênico8. Implementar o credenciamento e certificação de armazéns9. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com o Setor10. Implementar urgentemente o convênio estabelecido pelo SUASA11. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor12. Implementar análises das fórmulas dos fertilizantes.13. Discutir normas e procedimentos padrão para aferição e regulagem das máquinas classificadoras de arroz14. Promover discussão com a ANVISA com o objetivo de harmonizar procedimentos de fiscalização e ações do PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos)



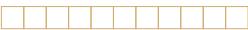
Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESA AGROPECUÁRIA	Marcos Regulatórios	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor2. Adequar os regulamentos de Insumos, ARP, etc..3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor4. Discutir a regulamentação da Portaria 54/2009 que trata Controle Higiênico Sanitário5. Adequar os marcos regulatórios à realidade do setor6. Desburocratizar processos,7. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais8. Definir o Marco Regulatório do Arroz Transgênico9. Revisar a legislação de fertilizantes especialmente quanto às punições contra fraudes e níveis de tolerância
4. DEFESA AGROPECUÁRIA	Registro de Defensivos	<ol style="list-style-type: none">1. Promover o registro de produtos adequados ao arroz de terras altas e irrigado2. Agilizar os processos de aprovação de novos produtos3. Discutir a importação de defensivos pelo Princípio Ativo, cujos custos sejam menores4. Agilização e ampliação de oferta de genéricos5. Trabalhar a assimetria de agroquímicos do Mercosul com o Brasil todo o Bloco utilizar os mesmos produtos



Tema	Item	Diretrizes
5. GESTÃO DA QUALIDADE	Programa de Produção Integrada do Arroz	<ol style="list-style-type: none">1. Construir programa no âmbito dos programas SAPI do MAPA, abrangendo da produção à indústria ;2. Incluir na discussão o processo de rastreabilidade da Produção Integrada inclusive no Processamento Industrial3. Iniciar a construção de programas de certificação de auto-gestão pelo setor a partir da conclusão do Programa de Produção Integrada.4. Incluir incentivos para adesão ao programa5. Promover a discussão das Normas de Produção Integrada6. Contemplar a discussão da Transgenia e rastreabilidade7. Contemplar as diferentes realidade regionais8. Promover diferenciação de preços vinculada à produção mais limpa
6. MARKETING E PROMOÇÃO	Programa de Marketing Mercado Interno	<ol style="list-style-type: none">1. Promover ações de incentivo ao consumo com base nas iniciativas já em andamento2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais da atividade3. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor....4. Estimular o aumento do consumo, promovendo as qualidades funcionais do arroz, valorizando seus atributos nutricionais e funcionais5. Promover ações incentivando programas federais, estaduais e municipais para distribuição em escolas e creches, além do treinamento de merendeiras e sensibilização dos estudantes, nutricionistas e médicos6. Trabalhar o Marketing Institucional em parceria com o MAPA seguindo o exemplo do Café7. Promover estratégias de utilização de derivados do arroz como substituto e/ou complemento do trigo, especialmente com relação à intolerância ao Glúten8. Promover o consumo de novos produtos derivados do arroz9. Buscar apoio junto ao Sebrae e Federações das Indústrias

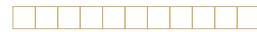


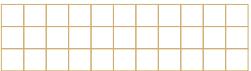
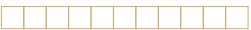
Tema	Item	Diretrizes
6. MARKETING	Programa de Marketing Mercado Externo	<ul style="list-style-type: none"> 1. Atuar junto à SRI/MAPA, APEX, MRE 2. Potencializar as ações em andamento 3. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Saúde 4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor.... 5. Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluem nas suas pautas de negociação o arroz e seus derivados, buscando a ampliação e acesso a outros mercados. 6. Participação em feiras internacionais, divulgando o arroz
7. GOVERNANÇA	Entidade de CADÉIA	<p>Cadéia</p> <p>Representação da</p> <ul style="list-style-type: none"> 1. Discutir a criação, e ou indicação, e ou fortalecimento de uma instituição representativa Nacional, para funções de representação institucional, política, gestão de promoção e marketing, inteligência competitiva, etc.. 2. Fomentar a cultura Cooperativa 3. Fortalecer o inter-relacionamento Setorial 4. Fortalecer a integração entre Setor Privado e Governo 5. Analisar experiências de outras cadeias



Tema	Item	Diretrizes
GOVERNANÇA DA CADÉIA	Fundo Setorial	<ol style="list-style-type: none">1. Discutir a pertinência de criação de um Fundo de Recursos para promoção, representação e inteligência competitiva .2. Analisar experiências de fundos em operação, Fundovitis, etc...;3. Analisar modelos de sucesso em outros países
7. GOVERNANÇA DA CADÉIA	Serviço de Inteligência Competitiva	<ol style="list-style-type: none">1. Construir um Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras informações, disponíveis para as entidades representativas do setor arrozeiro.2. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas3. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade4. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência. Ex. Sebrae5. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva6. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita7. Investigar mercados potenciais para exportação8. Investigar formas inovadoras de comercialização9. Construir uma plataforma exportadora de arroz10. Discutir medidas compensatórias para enfrentar a assimetrias do Mercosul11. Realizar estudos sobre o perfil do consumo do arroz em cada região12. Promover a discussão da diversificação da indústria do arroz13. Discutir Transgenia (critérios de uso) e rastreabilidade14. Discutir estratégias de crescimento da produção com foco na qualidade e na sustentabilidade, levando em conta o quadro de oferta e demanda. Promover estratégias de crescimento da produção da produção nas várzeas tropicais.

Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADÊIA	Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> 1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a qualidade e competitividade do produto. Focando a melhoria das estradas vicinais 2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção 3. Promover programas governamentais de implantação de estruturas que permitam a acessibilidade digital nas propriedades rurais 4. Melhorar, ampliar e estimular a estrutura de Armazenagem especialmente na propriedade rural (Recursos subsidiados e flexibilização para o armazenamento). 5. Desonerar e implementar do transporte fluvial, ferroviário e cabotagem 6. Excluir a taxa de 25% da Marinha mercante incidente sobre fretes de insumos e arroz 7. Desonerar custos portuários
8. CREDITO E SEGURADO	Endividamento	<ul style="list-style-type: none"> 1. Continuar os trabalhos e esforços ora empreendidos junto ao MAPA e MF 2. Garantir o acesso ao crédito aos produtores com dívidas renegociadas ou em renegociação 3. Estabelecer planos de saneamento do endividamento de forma sustentável e viável de acordo com a capacidade de pagamento (renda).

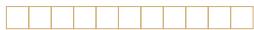




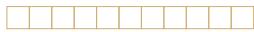
Tema	Item	Diretrizes
8. CREDITO E SEGUR Financiamentos Oficiais		<ol style="list-style-type: none">1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito existentes e os ajustes necessários de forma a adequá-los as necessidades dos elos da cadeia e ao perfil do produtor2. Reavaliar o tratamento aos produtores independente do porte3. Adequar os limites de crédito e unificar (somar) os limites de custeio e de comercialização.4. Combater a vinculação da compra de produtos e serviços bancários à obtenção dos financiamentos oficiais5. Combater o direcionamento do Crédito Oficial à compra de insumos de empresas conveniadas às instituições financeiras cujos preços estejam acima dos praticados pelo mercado6. Disponibilizar recursos subsidiados para estações de bombeamento e retenção de água7. Criar um canal de comunicação /ouvidoria
8. CREDITO E SEGUR Reformulação do Crédito Oficial		<ol style="list-style-type: none">1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial2. Criar mecanismos de crédito rotativo3. Criar um fundo garantidor4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito

Tema	Item	Diretrizes
8. CREDITO E SEGURADO	Incentivo à Armazenagem	<p>1. Promover políticas de incentivo à Armazenagem levando em conta a característica de produção, com juros e prazos compatíveis com a atividade e a renda do produtor.</p>
8. CREDITO E SEGURADO	Seguro Rural	<p>1. Revisar as regras do Seguro para a produção do Arroz, contemplando os estudos em andamento pela Federarroz e outros existentes</p> <p>2. Rever o zoneamento agroclimático</p> <p>3. Buscar o envolvimento dos Estados da Federação nas políticas de subvenção ao Seguro da Produção</p> <p>4. Avaliar a possibilidade de criar Cooperativas de Seguros, com base nas experiências já existentes em outras cadeias ou outros países</p>
9. COMERCIALIZAÇÃO APÓIO À COMERCIALIZAÇÃO		<p>1. Garantir, no mínimo, o preço mínimo na comercialização do arroz;</p> <p>2. Adequar as políticas de comercialização: PEP, PROPP, PEPRO, EGF, LEC, AGF e Mercado de Opções;</p> <p>3. Fortalecer os programas governamentais de aquisição de alimentos, inclusive para doação a outros países;</p> <p>4. Discutir a taxa de aplicação da TEC;</p> <p>5. Portar-se de um produto de segurança alimentar, utilidade pública e interesse social, produto sensível, estabelecer políticas de comercialização diferenciada. Por exemplo: preço meta.</p>



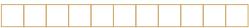


Tema	Item	Diretrizes
9. COMERCIALIZAÇÃO		<p>Políticas de incentivo Exportação</p> <p>1. Desenvolver mecanismos de incentivo à exportação de arroz 2. Promover a desoneração tributária 3. Estabelecer isonomia tributária com o Mercosul 4. Incentivar o Mercosul agro exportador 6. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita 7. Investigar mercados potenciais para exportação 8. Investigar formas invadoras de comercialização 9. Construir uma plataforma exportadora de arroz 10. Discutir medidas compensatórias para enfrentar a assimetrias do Mercosul 11. Realizar estudos sobre o perfil do consumo do arroz em cada região 12. Promover a discussão da diversificação da indústria do arroz 13. Discutir Transgenia(critérios de uso) e rastreabilidade 15. Incluir o arroz nas negociações internacionais e agilizar acordos de equivalência sanitária e de tarifas.</p>
NOVOS INSTRUMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO		<p>1. Desenvolver novos mecanismos de comercialização 2. Fomentar a comercialização em Bolsa e Mercados Futuros 3. Lançamento de programas de comercialização anteriores à safra visando dar sustentação aos preços.</p>



Tema	Item	Diretrizes
10. LEGISLAÇÃO	Legislação Tributária	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva2. Buscar tratamento tributário homogêneo nos diversos estados - ICMS3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor5. Buscar incentivos tributários ao Setor6. Combater a Guerra Fiscal7. Criar incentivos tributários à exportação - REINTEGRO8. Desoneração do imposto sobre o diesel (CIDE);9. Solucionar os ativos de créditos acumulados de PIS e COFINS da Indústria10. Aplicar o drawback integrado11. Desenvolver trabalho junto ao relator da Reforma Tributária para evitar a incidência de novos impostos na Cadeia
10. LEGISLAÇÃO	Desoneração de Tributária de Alimentos Básicos	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar a PEC em tramitação no Congresso Nacional que trata da desoneração tributária de alimentos



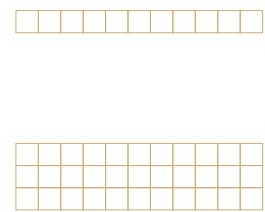


Tema	Item	Diretrizes
10. LEGISLACÃO Legislagão Ambiental		<ol style="list-style-type: none">1. Acompanhar a discussão do Código Florestal2. Definir a compensação por Serviços Ambientais3. UNIFICAR o Licenciamento Ambiental para todos os produtores.4. Rever a legislação ambiental com relação à produção de arroz e suas implicações no acesso ao crédito
10. LEGISLACÃO Cultivares		<ol style="list-style-type: none">1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na discussão do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.4. Ampliar a discussão sobre a lei existente, principalmente em relação às questões de fiscalização, com delegação exclusiva do MAPA.
10. LEGISLACÃO Trabalhistas		<ol style="list-style-type: none">1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural

Tema	Item	Diretrizes
LEGISLACÃO	10.	1. Buscar junto ao Inmetro a revisão dos procedimentos de coleta de amostras de Arroz

Tema	Item	Diretrizes
LEGISLACÃO	10.	1. Rediscutir sobre lei federal existente sobre a aquisição de terras por estrangeiros

Tema	Item	Diretrizes
LEGISLACÃO	10.	1. Acompanhar a tramitação do PL 3833/2008



Secretaria
Executiva

Ministério da
Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

